

Base de apoio parlamentar em risco

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso precisa arrumar urgentemente um coordenador político se quiser manter sua base de sustentação parlamentar. Dois dias depois de ser empossado, o novo governo já administra conflitos com seus principais aliados: tirou os tucanos cearenses do cenário nacional, desgastou sua relação com o PMDB nordestino ao tentar esvaziar a Secretaria de Políticas Regionais, e ainda abriu uma frente de discórdia com o principal cacique pefelista, o senador eleito Antônio Carlos Magalhães (ver matérias nesta página).

Para piorar a situação do novo governo, o Senado Federal ameaça não votar a indicação do economista Pêrsio Arida para a presidência do Banco Central. Um grupo de senadores liderado pelo PMDB promete só apreciar essa matéria depois que a Câmara dos Deputados aprovar o projeto de anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), atual presidente do Congresso Nacional, da cassação de seus direitos políticos, decretada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O senador Alfredo Campos (PMDB-MG) é um dos principais articuladores desse boicote à votação do nome de Arida. "Não que eu tenha alguma coisa contra ele. Mas só acho que o Senado não pode votar matérias de interesse do novo governo se o Palácio do Planalto não se empenhar para aprovar na Câmara a anistia de Lucena", explicou. Apesar de o Senado ter marcado sessão extraordinária às 18h30 de hoje para tentar votar não só a indicação de Arida como de várias outras autoridades, Campos garante que não haverá quórum.

As chances da Câmara dos Deputados votar nesta semana ou mesmo na próxima o projeto de anistia de Lucena ficaram reduzidas a zero, depois da reunião de ontem do colégio de líderes partidários da Casa. A pedido de várias legendas, como PMDB e PTB, o presidente da instituição, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), cancelou todas as sessões ordinárias até o próximo dia 16. Só na penúltima semana do mês de janeiro, entre os dias 17 e 19, haverá um esforço concentrado dos parlamentares para votar as matérias pendentes da pauta.

Com esse quadro político

desenhado, os parlamentares do bloco de sustentação do Executivo já começaram a cobrar a nomeação de um coordenador político para o governo. O deputado eleito Heráclito Fortes (PFL-PI), ex-prefeito de Teresina, era um dos que engrossavam ontem esse coro. Ele lembrou que, por falta de organização, por exemplo, o presidente Fernando Henrique Cardoso deixou de atender um telefonema de felicitações pela vitória do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, que foi um dos coordenadores de sua campanha no Nordeste. Resultado: o prefeito se recusou a comparecer a sua posse.

No máximo do descuido, a assessoria de Cardoso não convocou nenhum representante do PTB para participar da reunião de ontem do Conselho Político do novo governo, esquecendo-se que o antigo presidente do partido, José Eduardo Andrade Vieira, licenciou-se do cargo para assumir o Ministério da Agricultura. O líder do PL, deputado Waldemar Costa (SP), também defendia ontem a nomeação de um coordenador político: "Não sei a quem procuro, com quem converso nesse governo".

O senador Teotônio Vilela

(PSDB-AL) não vislumbra tantos problemas assim para o presidente da República. "Tudo depende da ótica que olharmos a situação", ponderou. Ele lembra ainda que os canais de negociações com o governo estão abertos e ainda há muito tempo para a costura das alianças políticas.

PEQUENOS

Apesar das enormes divergências ideológicas que os separaram, nove partidos — PPR, PT, PP, PDT, PSB, PL, PCdoB, PPS e PV — iniciaram ontem a articulação de um amplo bloco, com pelo menos 212 deputados, para lançar um candidato à presidência da Câmara com chances de enfrentar o pefelista e favorito do Palácio do Planalto, o deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA).

O medo desse grupo de médios e pequenos partidos é que uma aliança entre o PMDB, PSDB e PFL acabe alijando as demais legendas da Câmara da composição da mesa da instituição. "Meu partido é pequeno. Se eu não me unir a outros, fico na mão. Por mais que tenhamos divergências partidárias, estamos lutando por um espaço maior na Câmara, disse ontem o líder do PL, deputado Waldemar Costa (SP).